

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO
MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA/RS**

A empresa **DE MARCO E RAFAELLI LTDA**, inscrita no CNPJ nº 34.858.785/0001-50, estabelecida no endereço sito a Avenida Duque de Caxias, 2312, Bairro Centro, Sarandi/RS, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. **Marcus Vinicius Rafaelli**, portador da cédula de Identidade nº 6065966019, e inscrito no CPF nº 006.636.140-07, vem respeitosamente apresentar **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**, com fulcro no § 2º do artigo 41 da Lei 8666/93 e alterações ao presente instrumento convocatório.

Requer-se, desde já, o recebimento das presentes razões de impugnação, na forma prevista em lei, com seu encaminhamento à autoridade competente para a devida apreciação, requerendo a total e completa procedência.

I –DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

De pronto, urge registrar a tempestividade do presente pedido de impugnação, mormente porque apresentado dentro do prazo legal fixado no artigo 41 da Lei 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. Assim, denota-se total tempestividade na apresentação do presente instrumento impugnatório.

Veja-se que a legitimidade da impugnante decorre da sua condição de licitante interessada e especialmente por se tratar de empresa prestadora de serviços no ramo de atividades exigidas no edital.

Interessada em servir a esta administração pública, a impugnante analisou o edital em epígrafe e percebeu que o mesmo contém direcionamento de marca aos itens que compõem a planilha orçamentária, exigências estas que acabam por restringir a competitividade do certame, causando prejuízo ao órgão licitante.

O procedimento licitatório é ato formal, que deve atentar-se às exigências legais pois se observado incongruência do edital em relação às leis, deve aquele adequar-se, sob pena de nulidade a ser decretada pelo Poder Judiciário.

II – DO OBJETO

Trata-se de processo licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Nova Ramada/RS através da modalidade Tomada de preço 004/2023 para fins de Contratação de empresa especializada para execução dos Projetos de Sistema de Energia Solar Fotovoltaica On Grid, para consumo nas unidades mantidas pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito; Escola Municipal Dom Pedro I; e Unidade Básica de Saúde e anexos, conforme Projetos elaborados pela empresa **MAQ POTÊNCIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº. 18.488.16/0001-50, sob a responsabilidade técnica do Sr. Eduardo do Santos - Engenheiro Eletricista registrado no CREA 5070467668-SP

III-DOS FUNDAMENTOS JURIDICOS DA IMPUGNAÇÃO

A Carta Magna vincula os atos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, assim dispondo:

Art. 37 (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da

lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

Neste sentido, de acordo com este princípio da Soberania Constitucional, as compras públicas, mediante processo licitatório, deverão assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes, sendo somente permitidas exigências técnicas, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O art. 3º, da Lei de Licitações estabelece o dever de se garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da igualdade e dos que lhes são correlatos

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O inciso I, § 1º, também do art. 3º, da Lei de Licitações, determina que é vedado aos agentes públicos, admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Mister faz-se ponderar que a disputa se apresenta como fundamental ao procedimento licitatório, sendo que a ausência de competitividade acarreta a revogação do certame convocatório. Neste sentido citamos deliberação do TCU:

assegurando uma conduta justa e ílibada da Administração na prática de seus atos. Além de ferir o princípio da competitividade, o direcionamento desta licitação para uma marca contraria também o princípio da legalidade, uma vez que fere o que determina a Lei 8.666/93.

O artigo 7º, § 5º da Lei 8666/93 determina que:

Art. 7º (...) § 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

Mais adiante e ainda na Lei Nacional de Licitações o artigo 15, § 7º, inciso I prescreve que:

*Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: [...] § 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda: I - a especificação completa do bem a ser adquirido **sem indicação de marca. (grifo nosso)***

No direito público, princípio da legalidade está disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna. Ao contrário dos particulares, que agem por vontade própria, à Administração Pública somente é facultada agir por imposição ou autorização legal. Ou seja, inexistindo lei, não haverá atuação administrativa legítima.

Citando as sábias palavras de Hely Lopes Meirelles:

“A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeitos aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”.

No princípio da legalidade a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina, trata-se de uma relação de subordinação para com a lei. Pois se assim não o fosse, poderiam as autoridades administrativas impor obrigações e proibições aos administrados, independente de lei. Daí decorre que nessa relação só pode fazer aquilo que está expresso na lei.

Analisando o princípio da legalidade na seara do Direito Administrativo, se conclui que toda a ação do Estado, em todos os níveis de atuação, que implique na obrigação de alguém fazer

ou deixar de fazer alguma coisa, deve necessariamente ser precedido de uma lei que delimite os poderes-deveres do Estado, bem como os deveres relativos a um fazer ou a uma abstenção a que cada indivíduo está sujeito.

IV - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer o recebimento e o conhecimento da presente impugnação ao edital, nos termos supra indicados, para que sejam revistas as descrições dos itens **painel solar, inversor solar e stringbox** para conferir o caráter competitivo do certame sem prejudicar ou comprometer a funcionalidade, a segurança e a eficiência esperada do sistema de geração de energia fotovoltaica.

Ademais, para que não se consolide uma decisão equivocada, lembrando o próprio dever de evitar-se o ônus de eventual demanda judicial, requer que seja procedido o encaminhamento do presente pedido de impugnação para instância superior para julgamento.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Sarandi, 07 de julho de 2023.

MARCUS VINICIUS
RAFAELLI:0066361
4007

Assinado de forma digital por
MARCUS VINICIUS
RAFAELLI:00663614007
Dados: 2023.07.07 10:43:43
-03'00'

DE MARCO E RAFAELLI LTDA

Marcus Vinicius Rafaelli

Representante da Empresa



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA TOMADA DE PREÇO 004/2023

Trata-se de impugnação do Edital da Tomada de Preço nº004/2023, recebida no dia 07 de julho de 2023, de autoria da empresa DE MARCO E RAFAELLI LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.858.785/0001-50, estabelecida no endereço sito a Avenida Duque de Caxias, 2312, Bairro Centro, Sarandi/RS, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. Marcus Vinicius Rafaelli Ltda.

A referida Empresa questiona, na sua impugnação, que ao analisar o edital, observou que nas três propostas apresentadas no memorial descritivo que compuseram o valor de referência há indicação expressa das marcas nos itens Paine Solar, Inversor Solar e Stringbox, e que esse fato se visualiza em um vício e a restrição na competitividade do certame. Requer retificação, adequação da descrição do item no Edital.

Juntou documentos pessoais e da Empresa.

A admissibilidade para a impugnação ao edital está disciplinada no §2º ao art.41, da Lei nº8.666/93, que estabelece o prazo para apresentação em até 2 dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Portanto, admissível a impugnação, posto que, tempestiva.

Em análise do mérito, em que pese os argumentos apresentados pela empresa De Marco e Rafaelli Ltda, ora impugnante, o Município não vê motivação suficiente para alterar a descrição do item impugnado, visto que, a descrição dos itens que compõem a tomada de preços formam amparados na Orientação Técnica de Distribuição nº 035.01.08 e na análise técnica da Empresa Concessionária de energia elétrica, que emitiu o laudo aprovando do projeto. .

Nesse sentido, é o que se observa no parecer de acesso para microgeração distribuidora na qual conta a descrição do item contendo o nome de uma marca, sendo um requisito necessário para que a empresa Concessionária de energia aprove o projeto e ocorra o prosseguimento no processo licitatório;

CLÁUSULA QUINTA - DO SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DISTRIBUIDA

8. O sistema de microgeração será através de uma fonte geradora fotovoltaica conectada à rede de CERILLZ por meio de 1 inversor(s) trifásico(s), com isolamento elétrico, tensão nominal de 380/220 V, potência nominal de 36,0 kW, através de condutores de cobre 25.0mm² - 1000 Vca, enquanto que o fido CC se conectará através à energia condutores de 6.0 mm² - 1000 V entre as placas fotovoltaicas e o inversor. Os componentes principais do sistema compreendem:

- * 01 placa fotovoltaica: marca: SUNOVA SOLAR, modelo: SD-555-72MON, de 555 Wp (884 Wm²/m²) em 6 strings e 120 células, com área de 22.20 m², com potência total de 47.71 kWp;
- * 01 inversor(s): 36000 VA, marca: GOODWAT, modelo: MLI 36000, com potência máxima nominal de 36,0 kW;

Sendo assim, as cláusulas do Edital corroboram com os princípios norteadores da Administração Pública, elucidados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 e art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), especialmente, no que se refere à legalidade do referido ato administrativo, pois a Administração Pública possui discricionariedade para estabelecer exigências e escolhas, dentro das prerrogativas constantes do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, que dispõe que as exigências devem se limitar àquelas "indispensáveis à garantia do

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018

Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: administra@novaramada.rs.gov.br



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

cumprimento das obrigações", em razão de sua necessidade concreta, sem que com isso comprometa o caráter da competitividade do certame, inclusive para segurança do próprio Município, como se vê na seguinte jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. PREGÃO ELETRÔNICO MODALIDADE MENOR PREÇO. OBSERVÂNCIA DAS NORMAS CONSTANTES DO EDITAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NO ATO ADMINISTRATIVO. Inexiste vedação legal para a estipulação de exigências específicas e rigorosas, se estas forem necessárias para eleger a proposta mais vantajosa, atender ao objeto da licitação e ao interesse público, pois situadas na margem de discricionariedade da Administração. Por isso, tais requisitos não violam o princípio constitucional da isonomia, nem frustram o caráter competitivo da licitação, tampouco impedem ou dificultam a ampla participação no certame. [...]. O edital, como é sabido, é a lei interna da licitação, e as condições nele estabelecidas devem permanecer inalteradas até seu final. A regra dirige-se à Administração, nos termos do artigo 41 da Lei de Licitações, segundo o qual lhe é vedado descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculado. Direciona-se também aos licitantes, conforme art. 48, inc. II da mesma lei, o qual refere que a proposta será desclassificada quando em desconformidade com o edital [...]. Apelo não provido. (Apelação Cível Nº 70071652283, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em 14/12/2016). (Grifo nosso).

A referida exigência definida pela Administração tem amparo legal também no art.7º, §5º da Lei nº 8.666/93.

Art.7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

- I - projeto básico;
- II - projeto executivo;
- III - execução das obras e serviços.

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

Como visto, a exigência contida no instrumento convocatório possui respaldo no poder discricionário da Administração Pública, dentro do limite de legalidade e não tem o objetivo de frustrar o caráter competitivo do certame. Ao contrário, a Administração tem a liberdade de escolha no momento da preparação da licitação, seja no seu objeto, na especificação de condições de execução, nas condições de pagamento, etc.

Entretanto, no caso em análise, de forma alguma o administrador pretendeu restringir a competitividade do certame licitatório, a descrição dos itens contendo marca são exigências contantes na Orientação Técnica de Distribuição O.T.D nº 035.01.08 tendo sido referida no memorial descritivo. Nesse sentido é possível, a descrição do objeto, excepcionalmente, nos casos em que houver uma exigência técnica sendo o que se visualiza nesse caso.

Pode-se perceber no anexo XV da O.T.D 035.0108 o modelo de memorial descritivo contando no tem 2.1. Inversores o qual consta a marca do item a ser preenchido no momento da elaboração do projeto.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018

Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: administra@novaramada.rs.gov.br



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

2.1. Painéis fotovoltaicos

As fontes de energia serão através de módulos(painéis) fotovoltaicos. As placas serão instaladas sobre *****(telhado,suportes para garagens, etc...) pertencente a propriedade do interessado.

Quantidade: *****

Marca: *****

Modelo: *****

Potência instalada de painéis (kW): *****

Portanto, justifica-se que a marca descrita no projeto não é exigência da Administração e sim requisito da Orientação Técnica Distribuição nº 035.01.08 citada anteriormente, e aplicável a todas as Concessionárias de Energia integrantes da Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul.

A administração Pública tem o dever de adquirir produtos de qualidade comprovada, que satisfaça seus interesses e esteja de acordo com suas necessidades, pois a eficiência e a economicidade são também princípios aplicáveis à Administração e que devem ser observados nos processos de compras.

Ao encontro, é a posição do renomado administrativista Marçal Justen Filho, que em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, leciona que a Administração

[...] tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. **Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador.** Além da Lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei (13ª edição, São Paulo, Dialética, 2009, p. 70). (Grifo nosso).

Justificada a discricionariedade que a Administração possui para constar requisitos mínimos no Edital, temos que na segunda fase, após sua elaboração, o Edital vincula todos os licitantes. Trata-se da aplicação da lei de licitações no caso concreto, não sendo facultado, à Administração, nessa fase, usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório, já que o descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica inabilitação da licitante, sob pena de afronta aos princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Efetivamente, a finalidade da licitação é a **seleção da proposta ou contratação mais vantajosa** e não exclusivamente a escolha da proposta de menor preço. Destarte, o comprador público deve sempre primar primeiro pela vantajosidade definida nos critérios editalícios (fase interna), para então passar para a segunda fase licitatória (externa) que é a seleção e contratação pelo menor preço. A vantajosidade consiste, portanto, em um conjunto de benefícios predefinidos no Edital, que a proposta oferece à Administração Pública, dentre eles, o seu próprio custo monetário.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018

Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: administra@novaramada.rs.gov.br



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Assim, concluímos que a exigência contida no Edital na Tomada de Preço nº 004/2023 de forma alguma desrespeita os princípios norteadores dos processos licitatórios, da isonomia e da ampla competitividade, uma vez que existem inúmeras empresas que atendem os critérios editalícios, restando vencidos os argumentos da impugnante, inclusive porque, o item impugnado não trata de exigência inconveniente ou irrelevante, estas sim, vedadas nas licitações, segundo o autor administrativista Diógenes Gasparini (2006, pág. 482), que esclarece que "só as exigências inconvenientes ou irrelevantes estão vedadas". Ao contrário, respeita o interesse público e se amolda aos princípios da Administração Pública.

Diante de todo o exposto, pelos fundamentos fáticos e jurídicos, julgamos improcedente a impugnação interposta pela empresa De Marco e Rafaelli Ltda, mantendo o Edital 004/2023 em todos os seus termos.

Nova Ramada/RS, em 10 de julho de 2023.


Deisi Tamiozzo da Silva Martins
Prefeita em Exercício